



O combate à “ideologia de Gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras

Pablo Ornelas Rosa¹
Aknaton Toczec Souza²
Giovane Matheus Camargo³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar os desdobramentos daquilo que passou a ser chamado pelas novíssimas direitas de “ideologia de gênero”, tendo em vista essa recente forma de difusão e capilarização de certa narrativa que opera como verdade decorrente de novas tecnologias de poder que atuam no ciberespaço através do empreendedorismo moral orientado por certo marketing político de tradição neoconservadora. Considerando o debate epistemológico acerca da pós-verdade, procuramos por meio do método cibercartográfico, identificar como a divulgação incessante de materiais de apelo emotivo que valorizam muito mais a forma do que o conteúdo, tal qual como memes, fake news e teorias conspiratórias difundidas nas mídias digitais, têm legitimado o combate aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais, procurando alterar a percepção acerca de entendimentos sobre a categoria gênero que é apresentada como consenso no campo acadêmico nacional e internacional e corroborada pela Organização Mundial da Saúde – OMS e a Associação Psiquiátrica Americana.

Palavras-Chave: Ideologia de gênero, Direita, Novíssimas direitas, Pós-verdade.

Recebido em 19/09/2019
Aceito para publicação em 04/02/2020

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v2i23.29044>

¹ Doutor em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política – PPGSP (Mestrado Acadêmico) e em Segurança Pública – PPGSO (Mestrado Profissional) da Universidade Vila Velha (UVV) e coordenador do Grupo de Pesquisa em Subjetividade, Poder e Resistência (GESPOR). E-mail: pablorosa13@gmail.com.

² Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), pesquisador vinculado ao Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos – CESPDPH (UFPR) e professor do curso de graduação em direito na Faculdade SECAL. E-mail: aknatontoczek@gmail.com.

³ Doutorando em sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná – CESPDPH (UFPR) e professor do curso de graduação de direito da Faculdade INSULPAR. E-mail: giovanemcamargo@gmail.com.

Introdução

Este trabalho que apresentamos é um dos desdobramentos de uma pesquisa coletiva que vem sendo realizada com o fim de identificar a cosmologia das novíssimas direitas brasileiras, assim como as suas principais estratégias, que se intensificaram após as chamadas “jornadas de junho de 2013” e que fizeram do ciberespaço um dos principais campos de articulações políticas. Para tanto, propomos uma análise cibercartográfica a partir de metodologias influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista apresentado por pensadores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Suely Rolnik, dentre outros, possibilitando o mapeamento de elementos discursivos independente do formato, método, tecnologias e mecanismos de produção de narrativas. A adoção desse método nos possibilitou ir além do material encontrado em livros e/ou artigos para que pudéssemos identificar também como os discursos e valores compartilhados pelas direitas conservadoras e/ou liberais-conservadoras tem emergido no contexto do ciberespaço e seu impacto sociológico.

No que diz respeito a este artigo em específico, optamos por fazer um recorte que enfatizou as questões ligadas a gênero e sexualidade, procurando entender como isto vem sendo tratado pela cosmologia conservadora e/ou liberal-conservadora. A proposta aqui é refletir sobre os novos arranjos que o combate à “ideologia de gênero” - que encontra sua gênese em textos produzidos a partir de 1997 por setores conservadores da Igreja Católica – tem ganhado nos últimos anos, considerando a discussão epistemológica levantada por Matthew D’ancona (2018) acerca da pós-verdade e a guerra contra os fatos por meio das notícias falsas e teorias conspiratórias, sobretudo através da internet.

Para fins didáticos, as reflexões aqui apresentadas encontram-se divididas em três partes sequenciais. Em um primeiro momento, apresentaremos as raízes do termo “ideologia de gênero” e o contexto em que ela foi incorporada nos debates públicos do Brasil acerca dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais e de gênero. Após estabelecidos alguns conceitos iniciais, introduziremos o leitor a breves considerações acerca da pós-verdade e da emergência das novíssimas direitas brasileiras – e, sobretudo, as conservadoras e liberais-conservadoras - no ciberespaço, para que seja possível compreender algumas das principais estratégias destes grupos, que consiste na incessante produção de materiais que valorizam muito mais a forma dramática e o apelo emocional do que o conteúdo e fontes legítimas. Por fim, discutiremos os impactos que o combate à “ideologia de gênero” realizado por meio do

embuste do “kit-gay” causou no processo eleitoral de 2018 e como essa estratégia ainda tem sido operada. Esperamos que a leitura possa contribuir para o debate acerca dos atuais processos políticos e sociais e servir como uma forma de esclarecimento diante da confusão de conteúdos criada sobre as questões de gênero.

O gênero como ideologia nos debates públicos

Segundo Joan Scott (1995), as epistemologias feministas, que vem trabalhando a categoria analítica “gênero” há pelo menos meio século em todo o mundo, nos mostram que o processo de reconhecimento das mulheres e das minorias sexuais na história exigiu necessariamente um alargamento das noções clássicas do que é historicamente importante, para que fosse possível incluir as experiências pessoais e subjetivas, bem como as atividades políticas e públicas. Assim sendo, o esforço necessário para trazer à tona uma nova história em que se reconheça o lugar de fala de alguns sujeitos subalternizados, depende também de como a categoria gênero vem sendo desenvolvida ao longo do tempo, já que ela é uma categoria analítica extremamente útil para se identificar processos históricos e sociais que classificam e posicionam os sujeitos a partir do masculino e do feminino.

Ainda que a categoria “gênero” já esteja assentada nas discussões no interior das ciências humanas como um amplo campo de estudos, durante a sua última visita ao Brasil, a filósofa Judith Butler, uma das principais teóricas feministas reconhecida em todo o mundo, foi interpelada no aeroporto de Congonhas por manifestantes que se diziam contra a “ideologia de gênero”, acusando-a de ser uma assassina de crianças e querer legalizar a pedofilia⁴. Após sua conturbada passagem pelo país, a autora escreveu uma carta afirmando que seu ponto de vista acerca da questão de gênero é justamente o contrário do que poderia ser tratado em termos de uma ideologia, pois ela se coloca veementemente crítica ao questionar tanto as premissas de que as pessoas tomam como evidentes em seu cotidiano a sua identidade e cultura, como se ambas fossem estáticas historicamente, quanto questiona as práticas institucionais dos campos médico e social que dizem respeito ao entendimento do que deve ser uma família, ou mesmo considerado como patológico ou anormal o comportamento homossexual e transexual.

⁴ Judith Butler sofre agressão no Aeroporto de Congonhas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=urNAs80yUDU>>. Acesso em 11/01/2019.

Quantos de nós ainda acreditamos que o sexo biológico determina os papéis sociais que devemos desempenhar? Quantos de nós ainda sustentamos que os significados de masculino e feminino são determinados pelas instituições da família heterossexual e da ideia de nação que impõe uma noção conjugal do casamento e da família? Famílias queers e travestis adotam outras formas de convívio íntimo, afinidade e apoio. Mães solteiras têm laços de afinidades diferentes. A mesma coisa se dá com famílias mistas, nas quais as pessoas se casam novamente ou se juntam com famílias, criando amálgamas muito diferentes daqueles vistos em estruturas familiares tradicionais. Encontramos apoio e afeto através de muitas formas sociais, incluindo a família, mas a família é também uma formação histórica: sua estrutura e seu significado mudam ao longo do tempo e do espaço. Se deixamos de afirmar isso, deixamos de afirmar a complexidade e a riqueza da existência humana⁵.

Não obstante, também é importante destacar que esse comportamento persecutório direcionado a ela no aeroporto de Congonhas e sua consequente agressão foi orientado por um *digital influencer* conservador chamado Bernardo Küster que, além de ser aluno de Olavo de Carvalho, o guru da direita⁶, sobretudo, do governo Bolsonaro, e de ter distorcido nitidamente o livro “Problemas de gênero”, escrito por Butler, em vídeo disponível no Youtube⁷, ainda disse que “Se nós não combatermos verdadeiramente as pessoas que propagam as ideias, as ideias continuarão aí. Não adianta combater apenas as ideias. Nós temos que combater agentes históricos reais que as promovem”.

Esse comportamento anti-liberal e anti-democrático norteado por certa paranoia somado a uma orientação persecutória e militarizada que visa a procura daqueles inimigos que cabem na elasticidade da noção imprecisa de marxismo cultural, acabou encontrando em Judith Butler um dos primeiros alvos de um governo que opera exclusivamente pelo combate aos seus inimigos, os dissidentes, conforme propôs o presidente Jair Bolsonaro ao argumentar que “as

⁵ Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>>. Acesso em 11/01/2019.

⁶ <https://theintercept.com/2018/10/28/olavo-de-carvalho-conservadorismo-paranoico/> Acesso em 18/01/2019.

⁷ https://www.youtube.com/watch?v=71348rFI7_o&t=225s Acesso em 18/01/2019.

minorias têm quem que se curvar às maiorias”⁸. Inclusive, é importante destacar que o próprio presidente da república indicou Bernardo Küster, através do Twitter, como uma “excelente opção de canal de informação” no Youtube⁹.

Embora a categoria gênero seja trabalhada há pelo menos meio século em diversos países, no Brasil a sua discussão nos debates públicos intensificou-se apenas no ano de 2010, durante a elaboração do Plano Nacional de Educação, mantendo-se também presente nos debates sobre a aprovação dos planos estaduais e municipais. Durante estas discussões, o termo “ideologia de gênero” foi – e ainda tem sido – frequentemente utilizado como forma de deslegitimar direitos e áreas do conhecimento, na tentativa de não reconhecer sujeitos e relações sociais que escapem à cosmologia conservadora de tradição judaico-cristã. Estes discursos têm ganhado força popular, logrando êxito em incluir proibições da utilização do termo gênero em escolas, como foi o caso das cidades de Paranaguá (PR), Cascavel (PR), Blumenau (SC), Tubarão (SC), Novo Gama (GO), Palmas (TO) e Ipatinga (MG).

Ainda que no campo das ciências sociais e humanas já esteja assentado de maneira incontestada, a utilidade científica dessa categoria teórica para identificar processos históricos e sociais que classificam os indivíduos por meio do feminino e do masculino, conforme mostrou Miskolci e Campana (2017), a utilização do termo “ideologia de gênero” tem cada vez mais ganhado terreno em todo o mundo, sobretudo na Europa e na América Latina, no contexto de discussões sobre a saúde reprodutiva das mulheres, educação sexual e o reconhecimento de identidades não heterossexuais, entre outros temas.

Para Norberto Bobbio (2010), talvez não exista palavra que possa ser comparada com a de “ideologia” no que diz respeito a frequência em que é utilizada e pela diversidade de sentidos que são atribuídos ao termo. Para fins didáticos, o autor divide a palavra em dois significados. O primeiro pode ser definido basicamente como “um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”, porquanto o outro sentido seria aquele que tem início na tradição do pensamento marxista como “falsa consciência das relações de domínio entre classes”. (p. 585).

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=BCkEwP8TeZY> Acesso em 18/01/2019.

⁹ <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1061809199196368896> Acesso em 18/01/2019.

O primeiro sentido colocado por Bobbio (2010) normalmente é utilizado para se referir ao “ideológico” como contraposto ao que é “pragmático”, o que parece assemelhar-se ao emprego do termo “ideologia” para se referir ao gênero, como se esta categoria fosse embasada em uma crença, doutrina, dogma e com um forte componente passional. Assim, quando se atribui este sentido ideológico a algo, quer-se referir a uma “mentalidade dogmática e doutrinária e, a nível emotivo, por um forte componente passional, que lhes confere um alto potencial ativista, enquanto os sistemas pragmáticos são caracterizados por qualidades opostas” (2010, p. 588). Neste sentido, a tentativa de se rotular o gênero como ideologia é justamente uma forma de colocá-la ao lado oposto do conhecimento científico, como algo que tomou a consciência das pessoas de maneira acrítica.

O livro publicado por Jorge Scala (2010), intitulado “*La ideología del género*”, foi essencial na disseminação dessa gramática político-moral que passou a atuar na América Latina buscando a substituição da noção de identidade de gênero pela de “ideologia de gênero”. Na obra, o autor afirma que a “ideologia de gênero” se trata de um sistema de pensamento fechado e autoritário, sendo ela uma das ideologias mais radicais da história humana, que visa destruir o indivíduo em seu núcleo mais íntimo e por consequência a sociedade. Segundo Miskolci e Campana (2017), professores que realizaram um mapeamento genealógico do termo, Scala (2010) situou o conceito de ideologia de gênero como “um instrumento político-discursivo de alienação com dimensões globais que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de impor uma nova antropologia” (2017, p. 725).

Miskolci e Campana (2017), localizaram em seu mapeamento as origens da ideia de “ideologia de gênero” no seio da igreja católica, sobretudo por meio dos textos conservadores escritos pelo então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, antes de se tornar o Papa Bento 16, e que foram publicados em 1997. Suas acusações abarcavam ataques diretos aos feminismos e mais precisamente à Conferência Mundial de Beijing, organizada pelas Nações Unidas em 1995, aonde se reconheceu que a perspectiva integral de gênero é essencial para se abordar a desigualdade da mulher, que é um problema social estrutural.

Na América Latina, o combate à “ideologia de gênero” intensificou-se nos últimos anos na medida em que ocorreram avanços no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais, como, por exemplo, a descriminalização do aborto, a legalização do casamento homoafetivo e a inclusão da educação sexual nas escolas. Neste contexto em

que diversas organizações começaram a combater a “ideologia de gênero” através do empreendedorismo moral (BECKER, 2008), isto é, como indivíduos que tentam impor sua visão de mundo aos outros, acreditando estarem em uma cruzada moral para melhorarem suas vidas; a igreja católica, através de suas vertentes mais conservadoras, assumiu principal relevância na difusão do termo. Um dos instrumentos utilizados neste embate foi o documento produzido na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe - CELAM, intitulado “Documento de Aparecida”, onde se apresentou uma especial preocupação com os avanços de direitos destinados aos homossexuais e transexuais, propondo, portanto, uma agenda de combate à perspectiva de gênero em toda a América Latina (Miskolci e Campana, 2017).

Embora tenha sido empregado inicialmente na Argentina e no Brasil, o termo “ideologia de gênero” passou a ser intensamente utilizado no ano de 2016 no México em manifestações contra a aprovação do casamento homoafetivo e na Colômbia para que não houvesse o acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, sob a justificativa de que o país ficaria sob o risco de mergulhar em uma ditadura comunista, supostamente institucionalizando a chamada “ideologia de gênero” (Miskolci e Campana, 2017, 726), entendida muitas vezes como um desdobramento identitário de um projeto político comunista, conforme sugeriu Olavo de Carvalho (2014).

Para Miskolci e Campana (2017), ainda que o combate à “ideologia de gênero” apareça em diferentes contextos nacionais, foram encontradas três regularidades neste embate, a saber: I. todos ocorreram após a virada do milênio, II. emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda e III. deflagraram-se em torno de reformas educacionais e legais.

Contudo, foi a partir do final dos anos 1990 que as presidências de diversos países da América Latina foram assumidas por governos de esquerda (Venezuela em 1999-presente, Brasil em 2003-2016, Argentina em 2003-2015, Bolívia em 2006-presente, Chile em 2006-2010 e 2014-presente e Equador 2007-presente), mantendo certa proximidade com movimentos sociais vinculados às pautas feministas e LGBTQIs, o que “passou a movimentar propostas de iniciativas educacionais e legais visando ao reconhecimento da igualdade de gênero, ao enfrentamento da homofobia, assim como à aprovação do casamento igualitário” (Miskolci e Campana, 2017, p. 735). Neste contexto, setores mais conservadores da Igreja Católica passaram, não apenas a perseguir aquelas vertentes mais progressistas do catolicismo, a exemplo da teologia da libertação que passou a ser o alvo mais direto de grupos reacionários como

podemos ver no comportamento dos *youtubers* conservadores recomendados pelo Presidente Jair Bolsonaro (PSL)¹⁰, como Bernardo Küster¹¹, Nando Moura¹² e a grande referência de ambos, Olavo de Carvalho¹³, como também passou a travar embates políticos com estes governos de esquerda.

Tudo indica que os empreendedores morais contra a “ideologia de gênero” são grupos conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas. Sobretudo, dentro do recente campo discursivo de ação reconstituído neste artigo, buscam delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual, portanto refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão dos direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar a sua concepção de mundo tradicional (Miskolci e Campana, 2017, p. 743).

A lógica do combate à “ideologia de gênero” foi apropriada no Brasil pelo neopentecostalismo e organizações como o Programa Escola Sem Partido, para acusar professores de doutrinação política e ideológica em salas de aula e de usurpação dos direitos da família sobre a educação de seus filhos. Para Miskolci e Campana (2017) a luta contra a “ideologia de gênero” é justamente o combate aos direitos humanos. Nas palavras dos autores:

Se Ratzinger começa a mencionar os perigos da perspectiva de gênero em 1997, é possível reconhecer no Documento de Aparecida a disseminação da noção entre os bispos católicos latino-americanos até tornar-se tema de textos leigos como o citado livro do ativista católico Jorge Scala. Segundo as fontes consultadas, tudo indica que as aprovações do casamento entre pessoas do mesmo sexo em países como Argentina (2010) e Brasil (2011) foram o ponto de inflexão para que a noção de “ideologia de gênero” passasse progressivamente a delimitar uma gramática política na batalha de empreendedores morais contra os

¹⁰ <https://theintercept.com/2018/11/17/youtubers-bolsonaro-nando-moura-diego-rox-bernardo-kuster-fake-news/> Acesso em 30/01/2019.

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=G9pVzZV58dc&t=483s> Acesso em 30/01/2019.

¹² <https://www.youtube.com/watch?v=9Y0NkE3rDFg> Acesso em 30/01/2019.

¹³ https://www.youtube.com/watch?v=sEKR0t7_ynE Acesso em 30/01/2019.

avanços dos direitos sexuais e reprodutivos. (2017, p. 743).

Ao contextualizarmos o cenário em que o termo “ideologia de gênero” se estabelece no Brasil, fica evidente que se trata de uma resistência aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais. A ofensiva intensifica-se em 2011¹⁴, época em que o Supremo Tribunal Federal - STF concedeu ao casamento homoafetivo o mesmo *status* do casamento heterossexual. Após apenas seis dias da decisão da suprema corte, a bancada evangélica acentuou seus ataques ao programa “Escola sem homofobia”, o qual foi apelidado pelos parlamentares conservadores, sobretudo, pelo atual presidente Jair Bolsonaro (PSL) de “kit gay”, afirmando que o material que seria distribuído em seis mil escolas públicas visava a implementação da “ideologia de gênero” e a inversão dos valores familiares¹⁵. Após intensa pressão, a então presidente Dilma Rousseff vetou o programa.

Utilizar o termo “ideologia de gênero” é um completo equívoco do ponto de vista científico e revela o esforço de grupos em deturpar o conceito de gênero na tentativa de instaurar um pânico social, banindo a noção de “igualdade de gênero” do debate público e reificando as desigualdades e violências sofridas por homens, mulheres e minorias sexuais. A resistência ao conceito de gênero demonstra ignorância em relação à produção científica nacional e internacional e, também, descaso em relação às situações de violência vivenciadas em nosso país. Isso sem falar que a noção de gênero é utilizada por dois dos mais importantes diagnósticos que tratam de transtornos mentais, a saber, O CID-11¹⁶ e DSM-V¹⁷, produzidos, respectivamente pela Organização Mundial da Saúde – OMS e Associação Americana de Psiquiatria. Neste sentido, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) publicou o “Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras”, assinado por 113 pesquisadores e grupos de estudos, desmistificando a ideia de que gênero é uma ideologia:

¹⁴ É importante mencionar que no ano anterior, nas eleições de 2010, a bancada neopentecostal no Congresso Nacional foi ampliada, o que oportunizou que alguns de seus representantes assumissem cargos na Comissão de Direitos Humanos, fazendo resistência aos projetos que avançavam na garantia de direitos das mulheres e das minorias sexuais (Miskolci e Campana, 2017).

¹⁵ <https://www.valor.com.br/politica/5927399/tse-manda-tirar-do-ar-ideos-de-bolsonaro-sobre-o-kit-gay> Acesso em 30/01/2019. Acesso em 11/01/2019.

¹⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/06/oms-tira-transexualidade-de-nova-versao-de-lista-de-doencas-mentais.shtml> Acesso em 11/01/2019.

¹⁷ <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v35n6/v35n6a01.pdf> Acesso em 11/01/2019.

Ao contrário de “ideologias” ou “doutrinas” sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo. Gênero, enquanto um conceito, identifica processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. E é, nesse sentido, que o conceito de gênero tem sido historicamente útil para que muitas pesquisas consigam identificar mecanismos de reprodução de desigualdades no contexto escolar¹⁸.

A igualdade de gênero é uma demanda de combate à discriminações e reprodução das desigualdades. O que se propõe como operacionalização política é a busca por uma sociedade em que as diferenças não incorram em desigualdades, e, para tanto, são necessárias práticas sociais e institucionais de combate às desigualdades de gênero.

Nas próximas linhas, serão analisados os novos arranjos que o combate à “ideologia de gênero” tomou por meio do ciberespaço na era da pós-verdade e o uso político das *fake news* durante as eleições do ano de 2018 pelas novíssimas direitas. Para tanto, inicialmente se faz necessário alguns esclarecimentos acerca de alguns conceitos.

Breves considerações acerca da pós-verdade, novíssimas direitas e ciberespaço

Na obra “Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*”, o autor britânico Matthew D’Ancona (2018) realiza uma discussão epistemológica afirmando que entramos, a partir do ano de 2016, na era da pós-verdade. Para o dicionário Oxford, que elegeu pós-verdade como a palavra do ano em 2016, este termo se caracteriza pela descrença da opinião pública nos fatos, frente aos apelos emotivos que se potencializam com a facilidade na

¹⁸ Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf. Acesso em 11/01/2019.

procura e no encontro de pessoas que compartilham uma mesma visão de mundo através do ciberespaço. Em outras palavras, “o que importa não é a veracidade, mas o impacto” (D’Ancona, 2018, p. 25).

Embora o autor utilize as eleições presidências dos EUA no ano de 2016, que elegeram Donald Trump como presidente, para delinear sua visão epistemológica, podemos traçar um paralelo com o uso político das *fake news* nas eleições brasileiras do ano de 2018 e o combate à “ideologia de gênero”. Para o autor, na era da pós-verdade as “ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador. A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade, pelo nativismo; a liberdade, por um movimento rumo à autocracia” (D’Ancona, 2018, p. 19).

Segundo o autor, a mentira é parte integrante da política desde as sociedades mais antigas que conhecemos e, em se tratando de políticos, há muito tempo tornou-se senso comum que a mentira é a regra em seus discursos, assim sendo, as pessoas não esperam mais que os políticos falem a verdade. O autor alerta ainda que não há nada de novo em relação à desonestidade dos políticos e o que de fato marca a era da pós-verdade é a resposta do público a isso. Desse modo, o nosso comportamento como cidadãos foi o que impulsionou a pós-verdade, onde “a indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à conivência” (D’ancona, 2018, p. 34).

Em entrevista ao El País¹⁹, Noam Chomsky afirmou que as pessoas já não acreditam mais nos fatos e atribuiu tal descrédito à desilusão com as estruturas institucionais produzidas pelo neoliberalismo, conforme:

Pergunta. Vivemos uma época de desencanto?

Resposta. Já faz 40 anos que o neoliberalismo, liderado por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, assaltou o mundo. E isso teve um efeito. A concentração aguda de riqueza em mãos privadas veio acompanhada de uma perda do poder da população geral. As pessoas se sentem menos representadas e levam uma vida precária, com trabalhos cada vez piores. O resultado é uma mistura de aborrecimento, medo e escapismo. Já não se confia nem nos próprios fatos. Há quem chama isso de populismo, mas na verdade é descrédito das instituições.

P. E assim surgem as fake news (os boatos)?

¹⁹ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987_936609.html Acesso em: 11/01/2019.

R. A desilusão com as estruturas institucionais levou a um ponto em que as pessoas já não acreditam nos fatos. Se você não confia em ninguém, por que tem de confiar nos fatos? Se ninguém faz nada por mim, por que tenho de acreditar em alguém?

Não obstante, a internet que prometia uma democratização do acesso à informação sem precedentes por meio da interconexão global, foi responsável por produzir o campo perfeito para que a verdade batesse em retirada abrindo espaço para os apelos emocionais, criando bolhas virtuais onde o estatuto de verdade é auferido não por fontes confiáveis ou checagem de informações, mas pela quantidade de “curtidas” e compartilhamentos em redes sociais, que também se proliferam ante a ausência de filtros acerca da veracidade das informações divulgadas. Como coloca Matthew D’ancona (2018, p. 59), “quando alguém com uma conta no Twitter pode reivindicar ser uma fonte de notícias, fica infinitamente mais difícil distinguir o fato e mentira. Todos e ninguém são especialistas”. Ainda, para o autor:

Essas campanhas de desinformação preparam o terreno para a era da pós-verdade. Invariavelmente, seu propósito é semear dúvida, em vez de triunfar de imediato no tribunal da opinião pública (em geral, um objetivo impraticável). Como as instituições que tradicionalmente atuam como árbitros sociais – juízes no gramado, por assim dizer – foram sendo cada vez mais desacreditadas, os grupos de pressão bem financiados estimularam o público a questionar a existência da verdade conclusivamente confiável. Assim sendo, a prática normal do debate antagônico é a metamorfose em um relativismo pernicioso, em que a caçada epistemológica não só é melhor do que a captura, mas é tudo o que importa. (D’Ancona, 2018, p. 49).

No Brasil, as “jornadas de junho” de junho de 2013 foram responsáveis por inaugurarem um novo paradigma no que diz respeito à difusão de opiniões públicas e sobretudo *marketing* político, que passou a ser intensamente difundido nos meios digitais de comunicação como Facebook, *Twitter*, *Whatsapp*, *Youtube* e *Instagram*. Neste contexto em que ocorreu uma polarização intensa e caricaturização do que seriam ideologias de esquerda e direita, conforme já mencionado em publicação anterior (Rosa; Rezende; Martins, 2018), emergiram também as novíssimas direitas conservadoras,

grupos que se identificam e defendem ideias anti-esquerdistas, anti-gênero, anti-LGBTQIs, anti-aborto, anti-descriminalização das drogas, etc. - ou seja, visam combater veementemente movimentos dissidentes que foram rotulados como marxismo cultural, recaindo sobre eles uma atitude paranoica e persecutória, uma vez que supostamente ameaçariam os valores ocidentais -, construindo uma narrativa na internet a partir de textos publicados por autores como Mario Ferreira dos Santos (2012), Alexandre Costa (2015), mas sobretudo a partir dos livros, cursos e vídeos de Olavo de Carvalho (2014; 2018).

Em um vídeo publicado no canal do *youtuber* Alba Expider, que em sua descrição afirma contribuir com uma batalha cultural, Eduardo Bolsonaro afirma que o mentor intelectual da atual onda conversadora brasileira é Olavo de Carvalho, sendo seu pai Jair Bolsonaro, apenas um instrumento²⁰. Não por coincidência, em um de seus primeiros discursos públicos proferido após a vitória nas eleições presidenciais de 2018 – transmitido em sua página do *Facebook* e em seu canal oficial do Youtube -, Jair Bolsonaro aparece sentado em uma mesa onde acima dela se encontram quatro livros: a Constituição Federal, a Bíblia, uma obra sobre Winston Churchill e o livro “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota” de autoria de Olavo de Carvalho (2018)²¹.

Segundo Olavo de Carvalho (2014; 2018), o atual círculo acadêmico no Brasil é uma fábrica de cabos eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT) e não deve ser levado a sério. Por esta razão, todos os filósofos brasileiros que são dignos do nome não têm formação acadêmica em filosofia, o que incluiria Mario Ferreira dos Santos, que segundo ele teria sido o maior filósofo do país²², e ele próprio²³. Assim, sem ter diploma para tanto, Olavo de Carvalho tem se apresentado como filósofo e intelectual antiacadêmico. Conforme já expusemos com outros pesquisadores no artigo “As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras brasileiras” (2018), a cosmologia “olavista” firma-se em uma narrativa etnocêntrica onde tudo aquilo que escapa à chamada unidade cultural, que seria forjada por certo entendimento acerca da civilização ocidental construída a partir da visão cristã, deve ser veementemente combatida a fim de “que seja garantida aquela suposta ordem que orientou as sociedades até o presente momento, evitando colocar em xeque novos valores que

²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=U1FnGE6j8nY> Acesso em: 11/01/2019.

²¹ <https://www.youtube.com/watch?v=3gZ3WfVagoo&t> Acesso em: 11/01/2019.

²² <https://www.youtube.com/watch?v=SEHKi9wcPJY> Acesso em 30/01/2019.

²³ <https://www.youtube.com/watch?v=7LFh-l6UAi0> Acesso em 11/01/2019.

presumidamente comprometeriam sua existência” (Rosa, Rezende; Martins, 2018, p. 179). Assim sendo, qualquer ideia que não compartilhe dos pressupostos da filosofia antiga e da filosofia cristã medieval – incluem-se aí Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás Aquino -, recebe o *status* de inimigo, sob acusações de ser “ideológico” ou de “marxismo cultural”, sendo tratado como uma conspiração globalista que planeja a destruição dos valores ocidentais e da civilização judaico-cristã.

Com a ampla popularização das suas teorias conspiratórias, massivamente difundidas nas diferentes mídias digitais, o autointitulado filósofo autodidata Olavo de Carvalho tem se mostrado como um personagem influente na construção do pensamento conservador na era da pós-verdade. Em relação às questões de gênero, Olavo de Carvalho (2018) afirma que o movimento LGBTQI tenta impor uma “ideologia gayzista” – que em seu discurso aparece como sinônimo de “ideologia de gênero” – que tem por objetivo causar uma confusão moral e fazer com que o “gayzismo” impere como a única moralidade aceitável²⁴. A reprodução desta narrativa tem sido encontrada nos representantes das direitas brasileiras por meio da ideia de “ditadura gay”, como é o caso da transmissão ao vivo em que Flávio Bolsonaro (PSL/RJ) – senador eleito pelo Rio de Janeiro em 2018 - fez em sua página oficial do Facebook, afirmando que “a ditadura da militância gay encontrou parceria em alguns membros do Judiciário e Bolsonaro foi condenado a pagar R\$ 150 mil²⁵. A afirmação se referia ao caso em que seu pai, o presidente Jair Bolsonaro (PSL), foi condenado pela justiça justamente por declarar em um programa de TV que nunca passou por sua cabeça ter um filho gay, pelo fato deles terem tido uma boa educação e ele ser um pai presente.

Considerando o potencial do ciberespaço e a fundamental importância dos *digital influencers* para a disseminação dessas narrativas, as novíssimas direitas conservadoras apropriaram-se da estética caricata, debochada e viral das mídias sociais, apostando na produção incessante de notícias, vídeos e memes²⁶ de apelo emocional que valorizam muito mais a forma do que o conteúdo preciso e evidências encontradas em fontes legítimas.

²⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=LnU9aDhGRM4> Acesso em 11/01/2019.

²⁵ <https://www.facebook.com/flaviobolsonaro/videos/a-ditadura-da-milit%C3%A2ncia-gay-encontrou-parceria-em-alguns-membros-do-judici%C3%A1rio-/1141809512621201> Acesso em 11/01/2019.

²⁶ Segundo o Dicionário online Priberam, o meme é uma “imagem, informação ou ideia que se espalha rapidamente através da internet, correspondendo geralmente à reutilização ou alteração

Contudo, Olavo de Carvalho, certamente o maior influenciador das novíssimas direitas conservadoras no Brasil, tem exercido uma autoridade enorme na política brasileira, principalmente no que se refere aos discursos produzidos sobre o processo de redemocratização do país nos anos 1980, alimentando um potente ódio aos islâmicos e, principalmente, socialistas e comunistas, assim como aos liberais que atuam junto ao sistema financeiro internacional, além dos illuminati e da maçonaria, conforme complementa o candidato presidenciável evangélico Cabo Daciolo (Patriotas). Basta verificar o número de inscritos não apenas no seu canal mas também de boa parte de seus seguidores, a exemplo de Bernardo Kuster, Nando Moura, Terça Livre, Diogo Rox, Spider, O Antagonista, dentre muitos outros, além das próprias narrativas históricas que defendem a Monarquia e que estão sendo construídas também por ele, a exemplo, os cursos do Brasil Paralelo, que se fundamentam na ideia de que o Brasil vive sob a égide do socialismo e/ou comunismo desde a década de 1990. Além disso, é preciso mencionar que em 2017 foi realizado o lançamento do filme “O jardim das aflições” - título de um dos livros de Olavo de Carvalho - dirigido por Josias Teófilo (Rosa, Rezende; Martins, 2018, pp. 177-178).

A partir dessas interações comunicacionais operadas no ciberespaço, houve um crescimento na difusão de propaganda política travestida de notícias falsas ou teorias conspiratórias, utilizadas tanto para beneficiar ou prejudicar pessoas, organizações ou ideologias. E os embustes criados foram os mais diversos, como “Papa Francisco afirma que o maior crime de Lula foi ter acabado com a fome no Brasil” ou “Senadora Fátima Bezerra apresentou projeto

humorística ou satírica de uma imagem”. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/meme>>. Acesso em 11/01/2019.

para colocar Wi-Fi em presídios federais”, dentre outras incontáveis notícias falsas que passaram a circular no ciberespaço²⁷.

Para o antropólogo Piero Leirner²⁸, elementos como as jornadas de junho de 2013, as denúncias de corrupção na gestão do Partido dos Trabalhadores - PT, o descrédito do legislativo, as eleições de 2014 e posteriormente o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff que ocorreu no ano seguinte, foram utilizadas por diferentes grupos conservadores, liberais e liberais-conservadores para criar uma narrativa antipetista e antissistema, produzindo aquilo que passou a ser chamado por Korybko (2018) de guerras híbridas, uma espécie de batalha travada no campo da informação e da contra-informação que tem por objetivo criar uma dissonância cognitiva dissuadindo e desnorteando o inimigo. Tal estratégia, encontra suas raízes em práticas militares. Em entrevista para o site El País²⁹, Leirner assim definiu o conceito:

O conceito foi inventado por um norte-americano que reside na Rússia, o Andre Korybko. Ele fala, sobretudo, em movimentos que se utilizam de pautas identitárias que são articuladas por agentes externos para provocar conflitos e desestabilizar regimes. Foi assim nas chamadas primaveras árabes e, penso, aqui também em 2013. Para ele há um claro envolvimento do assim chamado deep state [nome dado a uma mistura de interesses de agentes estatais com investidores e setores industriais] norte-americano.

P. A manipulação de pautas identitárias são a única maneira de usar a guerra híbrida?

R. Eu penso que não, ainda que os meios sejam os mesmos: basicamente uma guerra no campo da informação e contrainformação, cujo objetivo é dissuadir o inimigo sem precisar levantar a espada. Isso é Sun-Tzu [estrategista militar chinês autor do livro A Arte da Guerra]. Isso é a base das PsyOps, ou operações psicológicas. O ponto todo é sempre

²⁷ https://epoca.globo.com/quase-metade-da-populacao-acredita-em-noticias-falsas-23331540?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo
Acesso em: 11/01/2019.

²⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/comunicacao-de-bolsonaro-usa-tatica-militar-de-ponta-diz-especialista.shtml> Acesso em 11/01/2019.

²⁹ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540408647_371089.html Acesso em: 11/01/2019.

desnortear o inimigo, deixando praticamente impossível para ele uma avaliação real sobre o tamanho, o posicionamento, a coesão e o estado de suas forças. Toda informação deve ser criptografada, e sempre é preciso adicionar uma quantidade de camadas de informação diante dos fatos de modo que as pessoas não saibam mais se estão olhando para as distrações ou para a mão que realiza a manobra. Com essa parafernália conceitual, me parece plausível que existe aplicação em qualquer campo. Por que a política ficaria isenta dela?

Para Leirner, esse processo iniciado em 2013 por meio de uma guerra híbrida que se estendeu até 2018 com a utilização de outra tática de *marketing* político conhecida como “*firehose of falsehood*”, acabou criando um ecossistema em que não é possível encontrar um único núcleo gerador de notícias falsas, uma vez que a prática estimula que outras pessoas criem e compartilhem conteúdos por vontade própria.

Em 2016, Christopher Paul e Miriam Matthews publicaram um artigo intitulado “*The Russian ‘firehose of falsehood’: Propaganda Model*”, em que apresentavam precisamente a estratégia de propaganda utilizada pelo governo russo de Vladimir Putin, identificando essa prática que foi chamada por eles de *firehose of falsehood* – em português “mangueira de falsidades” -, que consiste na difusão de um fluxo intenso e constante de notícias falsas disseminadas por diferentes fontes, que se por um lado gera incertezas e confusão na população, por outro legitima ideias políticas. Uma tática similar já havia sido utilizada anteriormente sob o nome de “*marketing de guerrilha*”, entretanto, foi com o *firehose* que se verificou a ascensão de quatro características essenciais dessa tecnologia emergente: I. o alto volume de fluxo de conteúdo e pluralidade de canais para difundi-los; II. a rapidez, continuidade e repetitividade da produção; III. o não comprometimento com a realidade objetiva e IV. o não comprometimento com a consistência do que se afirma entre uma narrativa e outra (Paul; Matthews, 2016, p. 2).

Embora trate-se de uma investigação focada no governo de Vladimir Putin, o estudo serviu como contribuição para a compreensão da atuação do governo de Donald Trump e também das novíssimas direitas conservadoras no Brasil³⁰. Há de se salientar, que as estratégias políticas da pós-verdade não são

³⁰ Segundo o jornalista Renan Borges Simão (2018), inicialmente, o pesquisador Christopher Paul afirmou que a estratégia do “*firehose*” não se aplicaria ao governo Trump. Entretanto, o

uma exclusividade do pensamento conservador, sendo utilizado também, ainda que mais discretamente, pelas novíssimas esquerdas. Entretanto, é sobretudo por meio das novíssimas direitas conservadoras e liberais-conservadoras, assim como a sua atuação no ciberespaço que o combate à “ideologia de gênero” ganha novos arranjos, sobretudo, através do embuste produzido sob o nome de “kit gay”, que, segundo o presidente Jair Bolsonaro (PSL), foi criado pelo seu principal rival na corrida presidencial de 2018, Fernando Haddad (PT), que fora Ministro da Educação entre os anos de 2005-2012.

Não obstante, é importante esclarecer que aquilo que o presidente Jair Bolsonaro passou a combater veementemente sob o nome de “kit gay”, construindo, portanto uma narrativa amparada na ideia de que havia certa orientação de professores esquerdistas que visavam converter as crianças em homossexuais em decorrência de um plano globalista baseado na leitura orientada por Olavo de Carvalho (2014; 2018); na verdade a proposta petista era justamente outra, ou seja, era combater o preconceito, a homofobia e transfobia nas escolas³¹, a partir de um projeto chamado “Brasil sem homofobia”. Sendo assim, é possível afirmar, inclusive de acordo com a decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE³², que o então presidente Bolsonaro tentou manipular a opinião pública proferindo um discurso falacioso na medida em que ele inventou intencionalmente fatos e dados inexistentes sobre o que chamou equivocadamente de “kit gay, com o propósito não apenas de desqualificar o seu opositor, mas, sobretudo, fomentar um discurso de ódio para com os professores e populações LGBTQI que passaram a ser tratadas como inimigos.

A construção do “kit gay” como estratégia de combate à “ideologia de gênero”

Inicialmente, em 2004, durante o governo Lula (PT), o Governo Federal lançou o programa “Brasil sem homofobia,” o qual foi elaborado por meio de uma articulação com o movimento social LGBTQI e visava promover valores de respeito à paz e a não discriminação pela orientação sexual ou de

estudo recebeu financiamento do Gabinete do Secretário de Defesa dos Estados Unidos, o que indica que a negativa do autor tenha razões políticas.

³¹ http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf Acesso em 30/01/2019.

³² <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/> Acesso em 30/01/2019.

gênero. Desse programa, nasceu o “Projeto Escola Sem Homofobia”, financiado pelo Ministério da Educação, que consistia na distribuição para professores de um “kit” composto por uma base teórica e material de respeito à diversidade sexual e promoção dos direitos humanos e de uma cidadania que incluía as pessoas LGBTQI. O caderno que acompanhava o kit propunha reconhecer que o cotidiano escolar é permeado pelas relações de gênero, contribuindo para que os profissionais da educação tivessem um melhor esclarecimento dessas relações e pudessem atuar de maneira mais qualificada no combate ao preconceito e à discriminação no ambiente escolar, garantindo a pluralidade nestes espaços educacionais³³.

O material produzido pelo Governo Federal teve sua distribuição não apenas aprovada, mas também recomendada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e recebeu parecer técnico favorável do Conselho Federal de Psicologia. Ainda assim, ignorando estes pareceres especializados, como já citado, em 2011, seis dias após o Supremo Tribunal Federal aprovar o casamento homoafetivo, e enquanto o kit ainda estava sendo avaliado pelo MEC, a bancada evangélica parlamentar apelidou o caderno de “Kit gay”, afirmando que se tratava de uma tentativa de sexualizar as crianças de maneira precoce. Após intensa pressão, o Governo Federal recuou no programa e vetou sua distribuição em maio de 2011.

Não coincidentemente, em janeiro de 2016, seis meses antes de ser aprovado o *impeachment* da presidente Dilma Rouseff (PT), Jair Bolsonaro que até então era deputado federal pelo Rio de Janeiro, inicialmente pelo Partido Progressista – PP e depois pelo Partido Social Cristão - PSC, publicou um vídeo de apelo emocional em sua página oficial do Facebook, apresentando ao público um livro intitulado “Aparelho sexual e cia”, que faria parte do suposto “kit-gay” e que estimularia precocemente crianças à se interessarem por sexo, sendo uma porta aberta para a pedofilia³⁴. Após a publicação do vídeo, o Ministério da Educação emitiu nota de esclarecimento no site oficial do governo afirmando que tal livro nunca foi produzido, adquirido ou distribuído³⁵. Pouco tempo

³³ <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf> Acesso em 11/01/2019.

³⁴ O vídeo original foi excluído em 2018 por ordem do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, que determinou a exclusão de seis vídeos da página de Jair Bolsonaro e seu filho Carlos Bolsonaro que continham a afirmação de que o livro “Aparelho sexual e cia” teria sido distribuído pelo Ministério da Educação durante a gestão de Fernando Haddad. Entretanto, atualmente o vídeo pode ser facilmente localizado em diferentes canais no site *Youtube* e páginas do *Facebook*.

³⁵ <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2016/01/mec-nao-distribuiu-nas-escolas-livro-de-educacao-sexual-citado-em-video-na-internet> Acesso em 11/01/2019.

depois, o site Nova Escola publicou um vídeo realizando a checagem de informações das afirmações de Bolsonaro demonstrando que tal material nunca fez parte do projeto “escola sem homofobia” ou de qualquer outra ação do governo³⁶.

Mesmo após as declarações terem sido desmentidas, o vídeo continuou a circular intensamente em mídias sociais como o *Facebook*, *Youtube* e principalmente o *Whatsapp*, até que em agosto de 2018, dois meses antes da votação para o primeiro turno da eleição presidencial, o então presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) em entrevista ao vivo para o Jornal Nacional tentou mostrar novamente o livro “aparelho sexual e cia”, reafirmando tudo o que havia sido desmentido anteriormente e sustentando que tudo teria sido criado pelo seu principal rival na corrida presidencial Fernando Haddad (PT) quando Ministro da Educação do governo Dilma Roussef (PT). Contudo, logo após as declarações em rede nacional, diversas mídias passaram a desmentir as afirmações de Bolsonaro. Situação que obrigou o presidenciável a gravar um vídeo que foi difundido em suas mídias sociais afirmando que na verdade o livro não faz parte do “kit gay”, mas que foi distribuído nas escolas de ensino fundamental de todo o Brasil como um brinde³⁷.

As declarações de Bolsonaro foram massivamente compartilhadas nas mídias sociais como *marketing* político, seja no formato original ou travestido de *memes*. Na plataforma *Facebook*, o Monitor do Debate político no Meio Digital realizou o mapeamento das dez publicações mais compartilhadas relacionadas à palavra “kit gay” durante 15 de setembro a 15 de outubro³⁸. O estudo demonstrou que das cinco páginas mais compartilhadas, quatro eram de apoio ao presidente Jair Bolsonaro, sendo a sua página oficial a que estava no topo da lista. Juntas, elas somavam a quantia de 192 mil compartilhamentos.

Para se ter ideia do impacto que as *fake news* utilizadas para tratar da suposta “ideologia de gênero” causaram nas eleições de 2018, é importante mencionar que o *Google Trends* em setembro deste ano mostrou que a expressão “kit gay” teve o maior pico de procuras, superando inclusive o ano de 2011 em que o projeto escola sem homofobia era colocado em discussão³⁹. Após uma pesquisa com eleitores do Bolsonaro, o *IDEIA Big Data*, em parceria com o *Avaaz*, divulgaram que 98,21% foram expostos a uma ou mais notícias falsas e

³⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=rpUnNyE8ztU> Acesso em 11/01/2019.

³⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=qjTiJCyXgtw> Acesso em 11/01/2019.

³⁸ <https://apublica.org/2018/10/a-eleicao-do-kit-gay/> Acesso em 11/01/2019.

³⁹ <https://apublica.org/2018/10/a-eleicao-do-kit-gay/> Acesso em 11/01/2019.

87,77% acreditavam que se tratava de notícias verdadeiras. Ainda em relação ao kit-gay, 84% dos entrevistados acreditavam ser verdade⁴⁰.

O que impressiona é que neste emaranhado de narrativas confusas e conspiratórias, comprovar que uma notícia é falsa não é o suficiente. A utilização de *hashtags* e algoritmos por mídias sociais e mecanismos de busca possibilitam o mapeamento de gostos e preferências, direcionando os usuários para conteúdos e pessoas de seu interesse, rejeitando o não familiar. Estes dados pessoais, que não são de fato subtraídos dos usuários, mas concedidos conscientemente, produzem *feeds* de notícias automatizados que enclausuram os indivíduos no interior do chamado “filtro bolha”, que tende a reforçar as opiniões e não contestar as mentiras compartilhadas. Assim, foi justamente por essa razão que a internet se tornou “o vetor definitivo da pós-verdade, exatamente porque é indiferente à mentira, à honestidade e à diferença entre os dois” (D’ancona, 2018, p. 55).

Ainda que nas ciências sociais e humanas o combate à “ideologia de gênero” não tenha sido capaz de impactar internamente a validade dos estudos em gênero, a tática da incessante divulgação de *fake news*, como afirma D’ancona (2018), não tem por objetivo a vitória acadêmica de imediato, mas sabotar a confiança do público na expertise científica na medida em que produz certa confusão de informações, garantindo que exista dúvidas onde jamais existiu. Desta maneira, o *marketing* político é difundido na web sem compromisso com a exatidão e consistência dos fatos, semeando a dúvida por meio do apelo dramático e emocional “sem triunfar de imediato no tribunal da opinião pública (em geral, um objetivo impraticável)” (D’ancona, 2018, p. 49). Quanto maior a repercussão do embuste nas diferentes mídias, maior a sua aparência de verdadeiro, daí a necessidade de uma estratégia que estimule uma produção incessante de conteúdo, pois a recusa em aceitar a conspiração como verdade pode transformar esse questionador em conspirador.

Essa é a característica que define o mundo da pós-verdade. A questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê. Também seleciona

⁴⁰ Roubadas pelo WhatsApp! Pesquisa mostra que eleições brasileiras foram “inundadas” por *fake news*. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/act/media.php?press_id=917>. Acesso em 11/01/2019.

sua própria mentira, de modo não menos arbitrário (D’ancona, 2018, p. 57).

Segundo as professoras Tatiana Roque e Fernanda Bruno⁴¹, as notícias falsas que circularam acerca do “kit gay” não ganharam crédito no debate público apenas por conta da utilização de estratégias como o *firehosing*, mas porque servem como uma espécie de capital para se confirmar crenças previamente formuladas, como é o caso do combate à “ideologia de gênero”, que já vem sendo explorada desde 1997. Como colocado pelo jornalista Renan Borges Simão em seu texto “*firehosing*: por que fatos não vão chegar aos bolsonaristas” (2018), algumas pessoas exercem o seguinte raciocínio: “isso pode ser falso, mas é útil para promover o que eu acredito”.

Segundo o que foi afirmado até agora por Jair Bolsonaro e seus ministros, estas estratégias de batalhas ideológicas travadas durante a campanha eleitoral ainda continuam a serem utilizadas. Durante o seu discurso de posse como presidente da república em 2019⁴², Jair Bolsonaro afirmou que o país começa a se libertar do socialismo e do “politicamente correto”. No congresso⁴³, afirmou que libertará o Brasil de suas amarras ideológicas, combatendo a ideologia de gênero. Pouco tempo depois, a Ministra Damares Alves, responsável pela pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos – a qual já nos primeiros dias do governo teve suprimida às menções sobre a população LGBTQIs – em discurso de defesa ao combate à “ideologia de gênero”, afirmou que “menino veste azul e menina veste rosa”⁴⁴, afirmação esta que viralizou e tomou conta das redes sociais, resultando em uma enxurrada de *memes* e *hashtags*. Para se ter ideia, em menos de 24 horas após sua declaração, a busca pelo nome da ministra no site de buscas *Google* aumentou em 1.550%⁴⁵.

Em entrevista ao site *El País*⁴⁶, Roberto Romano comentou que a utilização de palavras-chave como “ideologia de gênero”, “kit gay”, “socialismo”, “politicamente correto” e “corrupção” são utilizadas

⁴¹ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/11/fenomeno-da-pos-verdade-transforma-os-consensos-ja-estabelecidos.shtml> Acesso em 11/01/2019.

⁴² <https://www.youtube.com/watch?v=TLShKhwd4XA> Acesso em 11/01/2019.

⁴³ <https://www.youtube.com/watch?v=CHzC8cOKwwM> Acesso em 11/01/2019.

⁴⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=u0ofUS9B1dE> Acesso em 11/01/2019.

⁴⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/01/busca-por-ministra-damares-no-google-cresceu-1550-apos-fala-sobre-rosa-e-azul.shtml> Acesso em 11/01/2019.

⁴⁶

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/politica/1546619303_381027.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM&fbclid=IwAR0SIi2y95rMpkRys9rvGBgpj0sJna8hPugxLg5JEqXh_YGRI69oy_VBTJsg Acesso em 11/01/2019.

constantemente porque criam um ambiente de guerra simbólica, onde a linguagem funciona como um símbolo imagético que gera certa solidariedade e adesão ao governo que busca legitimidade. Essa narrativa desenvolve uma batalha ideológica que cria um falso inimigo, intensificando a polarização entre direita e esquerda, mantendo a sociedade atenta à um falso debate, porquanto põem-se em prática um projeto de poder de tomada do Estado.

Segundo Piero Leirner essas narrativas funcionam como uma “cortina de fumaça que força uma polarização com setores identitaristas e toda uma sorte de agentes, sejam políticos, blogs, imprensa e famosos”⁴⁷. Leirner afirma que esse tipo de estratégia tem basicamente dois objetivos: Em primeiro lugar, ela funciona como uma forma de ofuscar outras questões políticas, como as relacionadas ao desemprego, saúde, educação, meio ambiente e etc., permitindo que o governo possa se manter em um campo de batalha política no qual já conseguiu criar um consenso durante a campanha; em segundo lugar, a divulgação constante dessas declarações e embustes servem como combustível para que os grupos que se articulam em torno de pautas identitárias continuem focados nestes assuntos e assim mantidos neutralizados.

Desta maneira, as novíssimas direitas conservadoras brasileiras, sob a narrativa de que estão libertando o país de suas amarras ideológicas e trazendo a renovação ao país por meio do combate ao “socialismo” e a “ideologia de gênero” por exemplo, na prática asseguram a conservação da velha e arcaica política oligárquica. Assim, conforme mostrou a pesquisa genealógica do governo Bolsonaro apresentada por Ricardo Costa de Oliveira, apesar de alguns nomes da atual conjuntura política serem novos, os sobrenomes não o são, já que se tratam de “famílias que já estavam no poder há 50 ou mais de 100 anos, tanto no meio empresarial, no agroindustrial, na burocracia, na elite política, militar ou na magistratura”⁴⁸.

O que mais impressiona nesse debate, sobretudo no que diz às questões de gênero, é a confusão de conteúdos. Segundo a carta pública escrita pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná - UFPR, o combate à “ideologia de gênero” opera por meio do “pânico

47

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/politica/1546619303_381027.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM&fbclid=IwAR0Sli2y95rMpkRys9rvGBgpj0sJna8hPugxLg5JEqXh_YGRI69oy_VBtJsg Acesso em 11/01/2019.

48 <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/metade-do-ministerio-de-bolsonaro-vem-de-familia-de-politicos-ou-militares/?fbclid=IwAR1B70vmIEalPnpuo1HdhcSbf9r9Bv8p-wEzpMmyPosTP7ZGIPyPVkgWCvA> Acesso em 11/01/2019.

moral, pela leitura equivocada de textos bíblicos e pela não fundamentação a respeito das questões de gênero que envolvem as vidas, as narrativas, as experiências, os desejos e o viver das pessoas”⁴⁹. Estas práticas legitimam formas de violência uma vez que rejeitam a diversidade da experiência humana e negam às pessoas o direito a existir, produzindo assim, um falseamento da realidade, onde se distorcem conceitos e se impõem práticas que contrapõem às pessoas, considerando uns mais humanos que os outros. O ciberespaço tem sido o local perfeito para a difusão destas narrativas, uma vez que se mostra indiferente no tratamento dado à relação entre a mentira e a honestidade (D’ancona, 2018).

Considerações finais

Como demonstrado anteriormente, o combate à “ideologia de gênero” pode ser traduzido em um processo de ataques e resistências aos avanços no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais. Não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, essa narrativa vem exercendo especial influência nos debates públicos acerca do casamento homoafetivo, da adoção por famílias que escapam à cisheterossexualidade, da inclusão da educação sexual e da descriminalização do aborto.

Embora o termo “ideologia de gênero” encontre suas raízes em textos de membros conservadores da igreja católica que remontam o ano de 1997, essa ofensiva ainda vem ganhando terreno e, nos últimos anos, tem obtido novos arranjos que incrementaram a sua difusão e força nos espaços públicos e privados. Com a emergência da pós-verdade, a confusão antes criada acerca dos conteúdos sobre a sexualidade foi potencializada por meio de um material difundido no ciberespaço que investe em um formato estético viral e de apelo emocional e, no que diz respeito ao conteúdo, se mostra pouco comprometido com a consistência dos fatos e com as fontes fidedignas utilizadas. Desta maneira, notícias falsas e teorias conspiratórias passaram a ser difundidas estrategicamente a fim de constituírem um *marketing* político, ainda que muitas vezes não explícito, como é o exemplo da roupagem da “estética da zoeira” que aposta no caráter caricato e viral dos *memes*.

⁴⁹ <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/pesquisadores-da-ufpr-dizem-que-acusa-los-de-ideologia-de-genero-e-difamacao-leia-carta/> Acesso em 11 de jan. de 2019.

Utilizamos como exemplo o embuste do “kit gay”, o qual já havido sido criado em 2011 - seis dias após o Supremo Tribunal Federal reconhecer a validade jurídica do casamento homoafetivo -, mas que alcançou seu pico de buscas na internet um mês antes do primeiro turno das eleições brasileiras de 2018, justamente após o candidato à presidente Jair Bolsonaro voltar a divulgar que o livro “aparelho sexual e cia” estava sendo distribuído na internet, mesmo o Ministério da Educação e outros sites de checagem de informações terem desmentido aquilo que havia sido apresentado como verdade.

Agora eleito, o governo Bolsonaro continua a travar uma guerra ideológica, utilizando os mesmos símbolos falaciosos que logrou êxito em criar consenso durante a sua campanha, independentemente da existência ou não do famigerado “kit gay”. Os rótulos de “doutrinação” e “ideologia” foram e ainda são utilizados como uma etiqueta na medida em que cria um falso inimigo que se apresenta imprecisamente a partir de uma espécie de elástico conceitual que trata das dissidências a partir do rótulo do marxismo cultural. Desse modo, tudo que se apresenta como crítica ou oposição não apenas cabe nesse letreiro, como também deveria ser combatido, tendo em vista que o esquerdismo e toda a sua imprecisão conceitual abarcaria o grande mal encontrado no país. Assim, sob a narrativa da renovação da política, verificamos visivelmente certa reprodução daquela velha oligarquia, sendo necessário, mais do que nunca, uma nova linguagem e uma nova abordagem nos debates públicos acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo, no que se refere às informações produzidas e compartilhadas no ciberespaço.

Referências

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª Ed, 2010.

CARVALHO, O. de. **A nova era e a revolução cultural**: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Campinas: Vide Editorial, 2014.

_____. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2018.

COSTA, A. **Introdução à Nova Ordem Mundial**. Campinas: Vide Editorial, 2015.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*. Baarueri: faro Editorial, 2018.

DAY, Richard J. F. **De la hegemonía a la afinidad**: Solidariedad y responsabilidad en los nuevos movimientos sociales. Madrid: Enclave de Libros, 2016.

KETZER, P. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. In: **Revista Argumentos**. ano 9, v. 18, p. 95-106, 2017.

SANTOS, M. F. dos. **Invasão vertical dos bárbaros**. São Paulo: Ed. É Realizações, 2012.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: Das revoluções verdes aos golpes. São Paulo : Ed. Expressão Popular, 2018.

SCALA, J. **La ideología del género. O el género como herramienta de poder**. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SIMÃO, R. B. *Firehosing*: por que fatos não vão chegar aos bolsonaristas. **Le monde diplomatique Brasil**. São Paulo, n. 137, dez. 2018.

MISKOLCI, R; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. In: **Revista Sociedade e Estado**. Volume 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

PAUL, C; METTHEWS, M. **The russian "firehose of falsehood" propaganda model: why it might work and options to counter it**. RAND. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep02439?seq=1#page_scan_tab_contents>.

ROSA, P. O; REZENDE, R. A.; MARTINS, V. M. M. As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras brasileiras. In: **Revista NEP – Núcleo de estudos paranaenses da UFPR**, v. 4, p. 4, 2018.

The fight against “Gender ideology” in the post-truth era: a cyber cartography of fake news disseminated in Brazilian digital media

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the meanings and effects of what the newest rightwing influencers call “gender ideology”. Considering this recent form of diffusion and capillarization of this certain narrative, it is established as the truth due to new technologies of power acting in the cyberspace through a moral entrepreneurship guided by a political marketing of neoconservative tradition. Grounded on the epistemological debate on post-truth and a cibercartographic methodology, we pursue to identify how the incessant diffusion of emotionally appealing materials has legitimized the fight against sexual and reproductive rights of women and sexual minorities. These materials valorize form more than content, just like memes, fake news and conspiracy theories disseminated through digital media. They struggle to change perceptions on the understandings about gender, which is consensual in the academic field and supported by the World Health Organization and American Psychiatric Association.

Keywords: Gender ideology, Right-wing, Newest right, Post-truth.